

## APRESENTAÇÃO DA REVISTA


1 FURTADO, Celso. As revoltas recorrentes da China. In: Obra autobiográfica, Tomo III, São Paulo: Paz e Terra, 1997.

2 Disponível em: <https://ulepicc.org.br/em-defesa-de-cuba-manifestacao-da-actual-diretoria-sobre-os-acontecimentos-em-cuba/>. Acesso: 10 ago. 2021.

Esta edição da Revista EPTIC traz à tona o necessário debate sobre a geopolítica das comunicações, em parceria com o grupo de trabalho *Economía política de la información, la comunicación y la cultura* da CLACSO (Conselho Latino-americano de Ciências Sociais). Durante os meses de edição deste material, foram vários os fatos que mostraram tal urgência. Nesta Apresentação, gostaríamos de citar dois deles: os 100 anos do Partido Comunista Chinês e os protestos em Cuba. O primeiro nos remete à disputa que a China trava com os Estados Unidos e que tem na cultura e na tecnologia dimensões centrais. A especificidade de seus regimes político e econômico, de planejamento centralizado no governo, comandado pelo Partido Comunista, reflete-se nas redes digitais, com um ambiente institucional próprio e com uma estratégia de fortalecer esse setor com ampliação dos índices de conectividade, grandes conglomerados e serviços que agora começam a se internacionalizar. Não temos o objetivo, aqui, de apresentar uma caracterização do regime chinês, mas de fomentar a reflexão sobre o percurso que possibilitou ao país, ao contrário do Brasil, um lugar não periférico na economia contemporânea.

A China é um país de grandes dimensões que, como o Brasil, apresenta-se como liderança regional que passou, ao longo do século XX, por profundas mudanças estruturais, com um processo de industrialização avançado, seguindo, no entanto, caminhos muito distintos daqueles percorridos pela economia brasileira, inclusive no que se refere à questão tecnológica, que acabaram por situá-la, no interior da periferia capitalista, numa posição muito diferente daquela que hoje nós ocupamos. Um “sistema de cultura que extrai das próprias raízes o que é fundamental”, a China se abre ao mundo ocupando “uma posição de pouco relevo em razão de seu enorme atraso tecnológico”, atesta Celso Furtado<sup>1</sup>, em 1983. Apenas quarenta anos depois, o país torna-se o principal concorrente dos Estados Unidos e, na área que nos ocupa, com importantes vantagens em relação, por exemplo, à tecnologia 5G. No mesmo período, o Brasil seguiu uma trajetória inversa, de desindustrialização, atraso e dependência tecnológica crescentes. Na perspectiva teórica de Furtado, a questão chave para entender a diferença reside na “autonomia cultural” que o grande país asiático teve a capacidade de construir. O caso da economia da Internet é particularmente interessante.

Muito diferente é a situação de Cuba. Embora preservando, ao longo das décadas que se seguiram à revolução de 1959, uma importante autonomia cultural, o país, sufocado pelo bloqueio norte-americano, teve de adaptar-se às condições impostas pela conjuntura internacional, explorando, num primeiro tempo, certas vantagens decorrentes da sua inserção na comunidade dos países socialistas, chegando a tornar-se caso de sucesso mundial



nas políticas sociais, de educação, saúde, ciência e tecnologia, inclusive no setor de biotecnologias, que lhe garantiram, hoje, por exemplo, a condição, única entre os países não hegemônicos, de fabricante da sua própria vacina contra a Covid-19. Num segundo momento, no entanto, especialmente após a derrocada da União Soviética, passa a enfrentar crescentes dificuldades, agravadas pelas novas condições impostas pela pandemia, pelo reforço do bloqueio por parte dos Estados Unidos desde o governo Trump, pelos problemas enfrentados pela Venezuela, submetida também a um crescente isolamento por parte das potências capitalistas, pelo baque sofrido pela indústria do turismo, tudo isso levando à deterioração da situação econômica. Nessas condições, a administração Biden, ao invés de retomar as negociações iniciadas por Obama, decidiu aprofundar o bloqueio e insuflar movimentos tendentes à derrocada do regime, aproveitando-se de insatisfações latentes e construindo como suposta resposta a elas a integração capitalista. Assim, como corretamente pontuou a diretoria da Ulepicc-Brasil em nota<sup>2</sup> sobre o tema, “o avanço de mobilizações, por meio de plataformas digitais, mostra-se um uso orientado, organizado e pesadamente financiado pelos EUA e por empresas vinculadas ao projeto imperialista estadunidense, de aparência de satisfação de necessidades. [...] Vimos recentemente, não tão longe, onde a oferta de falsas satisfações de necessidades pode nos levar – afinal de contas, a permissão à expressão, apartada de qualquer transformação efetiva das relações de capital, é só mais um modelo para abstrair o público como audiência – sejamos claros, um meio para viabilizar os interesses estadunidenses em derrubar o governo cubano”. A disputa que se seguiu, nas redes, deixou claras as ações e intenções do imperialismo, mas, nas indústrias culturais massivas, a manipulação não pode ser confrontada.

O dossiê que aqui apresentamos perpassa questões que nos podem auxiliar a entender cenários tão complexos, das disputas em torno do 5G às desigualdades que marcam a inserção dos dife-

rentes países na ordem econômica mundial atual, especialmente Brasil, Argentina e Cuba. Tais desigualdades também são analisadas desde a infraestrutura que viabiliza os fluxos comunicacionais, como os cabos submarinos, e os conteúdos produzidos por veículos públicos. Complexidades abordadas com maestria por Graham Murdock e Natália Zuazo, cujas entrevistas são publicadas neste número, nas quais também questões como o trabalho mediado por plataformas, a crise ambiental e o recrudescimento da vigilância são pensadas desde a Economia Política da Comunicação. O número, por fim, traz à tona a defesa de que a superação desse quadro passa pela reafirmação do direito à comunicação. Para fomentar tal debate, dando densidade histórica ao problema, que não é, portanto, novo, publicamos pela primeira vez um texto seminal de Jean d'Arcy, Os satélites de comunicações e o direito à comunicação, traduzido por Edgard Rebouças, que resgata, por sua parte, a dimensão utópica envolvida em um tempo em que as crises evidenciam, de forma brutal, os limites do sistema.

Os problemas do tempo presente também são discutidos na seção Artigos e Ensaios, como nos textos Governo Eletrônico e Neoliberalismo: arquétipo das limitações da interatividade cidadã no modelo Brasileiro, de Dario Azevedo Nogueira Junior; O Desmonte da Participação Social na EBC, de Akemi Nitahara, Cristina Rego Monteiro da Luz; Política de fomento ao cinema: a questão do estímulo à regionalização da produção de filmes no Brasil, de Fernando Gimenez. Neles, há sempre caminhos de superação que, ainda que não trilhados plenamente, constituem experiências e horizontes estratégicos, como vemos na discussão feita por André Pasti em Território, comunicação ascendente e os meios alternativos, populares e comunitários na Argentina. Buscamos, com isso, manejar as armas da crítica para estimular a nossa imaginação política e a mobilização coletiva.

Boa leitura!

Helena Martins e César Bolaño